

# Adequações curriculares na área da surdez

Rosimar Bortolini Poker

**Como citar:** POKER, Rosimar Bortolini. Adequações curriculares na área da surdez. *In:* OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; OMOTE, Sadao; GIROTO, Claudia Regina Mosca (org.). **Inclusão escolar:** as contribuições da educação especial. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 167-178. DOI: <https://doi.org/10.36311/2008.978-85-98605-57-9.p167-178>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## **ADEQUAÇÕES CURRICULARES NA ÁREA DA SURDEZ**

*Rosimar Bortolini Poker*

A perspectiva da educação para todos, preconizada pelo modelo de uma escola inclusiva, constitui um grande desafio, já que a realidade apresenta uma numerosa parcela de excluídos do sistema educacional, entre os quais os alunos com deficiência.

Torna-se fundamental, na atual conjuntura, enfrentar o desafio de possibilitar não só o acesso à escolarização, mas também a garantia da apropriação do saber e das oportunidades educacionais para todos os alunos, com o objetivo de formar cidadãos críticos e participativos, capazes de atender às exigências da sociedade moderna.

Educação inclusiva implica assim a efetiva participação da pessoa na vida social, tendo resguardada a sua dignidade, a igualdade de direitos, o valor da solidariedade, bem como a negação de quaisquer formas de discriminação.

Com base no reconhecimento da diversidade existente no alunado, a inclusão escolar remete a pensar nas questões referentes ao acesso e à qualidade na educação, alertando os sistemas de ensino para a necessidade de uma nova organização dos espaços educacionais a partir de uma visão mais abrangente de currículo, com a preocupação de eliminar barreiras que dificultam ou impedem a participação e a aprendizagem de todos na escola.

Acatando o paradigma da inclusão, a política nacional de educação defendida pelo Ministério da Educação do Brasil vem orientando os sistemas educacionais, para organizarem e desenvolverem ações que atendam às especificidades de cada aluno, no processo educacional. Tais ações precisam ser estruturadas, a fim de assegurar as condições de acessibilidade curricular também para os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

O princípio da acessibilidade deve estar presente na concepção que orienta a organização e o funcionamento da escola, sendo direcionados para toda a co-

munidade escolar e para a sociedade. Sua implementação requer a eliminação de preconceitos, que exige a mudança de atitudes frente às diferenças; adequação da estrutura física da escola; acesso às tecnologias, acesso aos códigos e às linguagens diferenciadas, que possibilitam formas alternativas de comunicação; alteração das práticas pedagógicas; uso de materiais e recursos diferenciados de ensino; valorização de diferentes formas de construção de conhecimento; respeito aos diferentes estilos de aprendizagem; aprendizagem significativa e interações sociais baseadas na solidariedade.

O sucesso da inclusão escolar depende, dentre outros fatores, das respostas educativas propostas pela escola e, especificamente, pelos professores que atuam diretamente com os alunos. Dentre outras medidas, torna-se fundamental para a construção de sistemas educacionais inclusivos que as propostas pedagógicas sejam baseadas na interação com os alunos. A partir da identificação das capacidades dos alunos é que será possível organizar objetivos, seqüenciar conteúdos, adequando-os aos diferentes ritmos de aprendizagem, utilizar metodologias diferenciadas, avaliar os alunos numa abordagem processual e emancipadora, acompanhando o seu desenvolvimento e valorizando o seu progresso.

O foco passa a ser a aprendizagem, ou seja, o que cada aluno, diante das condições adequadas de ensino que foram oferecidas, conseguiu aprender. Respeita-se e são aceitas as potencialidades do educando, valorizando-se a contribuição que cada um pode dar, de acordo com suas condições pessoais. De forma progressiva e continuada, a escola possibilita o desenvolvimento máximo do aluno, considerando suas condições orgânicas, sensoriais, cognitivas, sociais e emocionais.

Para atender às necessidades particulares de aprendizagem do alunado com necessidades educacionais especiais, especialmente o aluno com deficiência, garantindo um ensino de qualidade, torna-se fundamental a realização de adequações curriculares.

Considera-se um aluno com necessidades educacionais especiais aquele que apresenta dificuldades maiores que o grupo, para aprender o que determina o currículo correspondente à idade e série em que se encontra. As dificuldades podem dever-se a causas internas (orgânicas, sensoriais, intelectuais) ou causas externas (familiares, sociais). Para compensar tais dificuldades, são feitas adequações de acesso ao currículo e organizados serviços de apoio pedagógico especializado.

No caso dos alunos com surdez, a dificuldade de acesso ao currículo se relaciona às limitações na comunicação e uso da linguagem oral e escrita, provocadas pela deficiência auditiva.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1999, p.25), os alunos com deficiência auditiva são os que apresentam “perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido”. Manifesta-se como:

Surdez leve/moderada: perda auditiva de até 70 decibéis, que dificulta, mas não impede o indivíduo de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana, com ou sem a utilização de um aparelho auditivo;

Surdez severa/profunda: perda auditiva acima de 70 decibéis, que impede o indivíduo de entender, com ou sem aparelho auditivo, a voz humana, bem como de adquirir, naturalmente, o código da língua oral. (PCN, 1999, p.25).

### **Adequação Curricular**

O currículo constrói-se a partir do projeto político-pedagógico da escola. Constitui um guia da escola que aponta o que, quando e como ensinar, e também como e quando avaliar o que foi ensinado.

Portanto, o currículo inclui:

Desde os aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sócio-políticos da educação até os marcos teóricos e referenciais técnicos e tecnológicos que a concretizam na sala de aula. Relaciona princípios e operacionalização, teoria e prática, planejamento e ação. (PCN, 1999, p. 31).

A inclusão subentende um currículo que é ajustado progressivamente para dar uma resposta adequada às necessidades educacionais especiais de todos os alunos, inclusive para os alunos com deficiência.

As características de um currículo que se pauta na inclusão são: flexibilidade, trabalho cooperativo, dinamicidade, uso de recursos alternativos e avaliação contínua. Focaliza a interação entre as necessidades do educando e as respostas educacionais que são propiciadas pelo sistema educacional.

Nesse sentido, segundo Majon, Gil e Garrido (1995), para determinados alunos são necessários ajustes e modificações significativas na oferta educativa comum, respondendo às necessidades educacionais especiais. Essas modificações podem atingir os objetivos, os conteúdos, a metodologia, o uso de recursos diferenciados, critérios e procedimentos de avaliação, de forma a atender às diferenças e competências individuais.

A organização das adequações curriculares pressupõe a elaboração de um diagnóstico do contexto educacional, do contexto familiar e das condições individuais do aluno. São essas informações que irão possibilitar que a equipe escolar, num trabalho coletivo e com o apoio do serviço pedagógico especializado, estructure as modificações e intervenções nos diferentes âmbitos da ação pedagógica, de maneira a oferecer as melhores condições de aprendizagem para o aluno.

Com base na concepção construtivista e interativa do desenvolvimento e da aprendizagem, a avaliação das necessidades educacionais especiais do aluno, da escola e da sua família envolve a análise de alguns aspectos que contribuirão significativamente para o seu pleno desenvolvimento.

No âmbito do contexto educacional, de acordo com material publicado pelo MEC e organizado por Carvalho (BRASIL, 2002), as dimensões de avaliação são as seguintes:

- *Instituição educacional escolar*: comporta os aspectos filosóficos, estruturais e funcionais;
- *Ação Pedagógica*: os aspectos analisados referem-se ao professor, à sala de aula, aos recursos pedagógicos, à metodologia de ensino e às estratégias de avaliação.

No âmbito do aluno, os aspectos analisados referem-se:

- *Ao nível de desenvolvimento*: aspectos relacionados às características funcionais e às competências curriculares do aluno;
- *Às condições pessoais*: relaciona-se à natureza das necessidades educacionais que o aluno apresenta.

Quanto ao âmbito familiar do aluno, merecem atenção os seguintes aspectos:

- *Condições físicas da moradia*;
- *Pessoas que convivem com o aluno*;
- *Relações afetivas*;
- *Qualidade das comunicações*;
- *Oportunidade de desenvolvimento e conquista da autonomia*.

## Níveis de adequação curricular

As adequações curriculares constituem um processo que envolve três níveis: o projeto político-pedagógico da escola, o currículo desenvolvido para a classe e o currículo direcionado individualmente para o aluno com necessidades educacionais especiais.

No *nível do projeto pedagógico*, as adequações focalizam a organização escolar e os serviços de apoio pedagógico para o aluno. Propiciam as condições para que ocorram as modificações no nível da sala de aula e no nível individual. No caso do aluno com surdez, constituem ações desse nível:

- a escola flexibilizar procedimentos pedagógicos levando em conta o uso de instrumentos diferenciados de comunicação;
- a escola organizar serviço de apoio pedagógico especializado, para atender aos alunos com surdez e seus familiares, em sala de recursos;
- a escola capacitar o professor do aluno com surdez, oferecendo-lhe curso de LIBRAS e assessoria pedagógica especializada;
- a escola oferecer o intérprete na sala de aula para o aluno que utiliza a língua de sinais como instrumento de comunicação;
- a escola adquirir materiais e equipamentos específicos, como: prótese auditiva, tablado, *softwares* educativos específicos etc.
- a escola preocupar-se em adquirir e estimular os professores a utilizarem recursos materiais visuais, para favorecer a apreensão das informações que são apresentadas oralmente, como: uso de *slides*, exibição de filmes, uso do retroprojetor, de mapas, maquetes, fotos, gráficos etc;
- a escola reduzir o número de alunos nas classes em que os alunos com surdez estão matriculados.

No *nível da sala de aula*, as medidas realizadas pelo professor relacionam-se principalmente à programação de atividades classe. Têm como foco os procedimentos didático-pedagógicos e, de acordo com Brasil (2003, p.42), “destacam o como fazer, a organização temporal dos componentes e dos conteúdos curriculares e a coordenação das atividades docentes, de modo que favoreça a efetiva participação e integração do aluno, bem como a sua aprendizagem”.

Em relação aos alunos com surdez, devem constar da programação de aula do professor os seguintes procedimentos de adequação curricular:

- que o professor fale sempre de frente, evitando colocar-se em pontos sombrios, utilizando todos os recursos de comunicação, em especial, material visual que facilite a compreensão da linguagem oral;
- que o professor fale de forma clara, sem gritar, usando tom e ritmo natural, de modo que toda a classe possa ouvir;
- que o professor evite colocar as mãos ou algum objeto em frente ao rosto enquanto fala;
- que o professor evite se movimentar muito na sala, enquanto dá uma explicação;
- que o professor e os alunos da classe participem de cursos de língua de sinais;
- que o professor organize as atividades a serem desenvolvidas na classe, junto com o intérprete e com a orientação do professor especializado na área da deficiência auditiva;
- que a relação entre colegas da classe seja marcada por atitudes positivas, podendo o grupo também aprender a se comunicar com o aluno com surdez;
- que a organização do espaço considere a funcionalidade, propiciando ao aluno com surdez uma localização privilegiada na sala de aula, ou seja, na primeira carteira, sempre de frente para o professor;
- que a classe seja bem iluminada, para facilitar a leitura oro-facial do aluno com surdez;
- que a classe não seja exposta a excesso de ruídos, o que dificulta o uso do aparelho de amplificação sonora individual;
- que ocorra a seleção, a adequação e a utilização de recursos materiais e equipamentos visuais, de forma que favoreçam a aprendizagem de todos, inclusive do aluno com surdez;
- que a organização do tempo considere o ritmo próprio de aprendizagem de cada um;
- que a avaliação seja flexível, de modo que tenha em vista a diversificação de critérios, de instrumentos e de procedimentos, levando em conta as condições do aluno com surdez, como: uso de questões de múltipla escolha, de questões diretas e objetivas, exercícios de completar, de preencher lacunas, de representar as respostas por meio do desenho ou de gráficos, questões que têm apoio de figuras e esquemas visuais de explicação, uso de dramatização etc. A interpretação de textos pode ser feita por meio da língua de sinais, com o apoio do intérprete.

- que as atividades e metodologias de ensino empregadas levem em conta o nível de compreensão dos alunos e os sistemas de comunicação que usam, no caso, a Língua de Sinais, favorecendo a experiência, a participação e o estímulo à expressão;
- que o planejamento do professor seja organizado de modo que contenha atividades amplas com diferentes níveis de dificuldades e de realização, podendo o aluno com surdez manifestar-se por meio de diferentes instrumentos simbólicos, como a dramatização, o desenho, a mímica etc.
- que as atividades sejam realizadas de várias formas, com diferentes tipos de execução, envolvendo situações individuais e grupais, cooperativamente, favorecendo comportamentos de ajuda mútua.

Observa-se assim que as adequações curriculares de classe têm por objetivo tornar possível a real participação do aluno e sua aprendizagem eficiente, no ambiente regular de ensino, junto com seus colegas.

No *nível individual*, as adequações do currículo focalizam a atuação do professor na avaliação e no atendimento individual do aluno com necessidades educacionais especiais. As adequações individuais servem para definir o nível de competência curricular do aluno, bem como identificar quais os fatores que interferem em seu processo de ensino e de aprendizagem.

Conforme aponta Heredero (1999), as adequações, para atenderem às necessidades do aluno, precisam estar pautadas na avaliação psicopedagógica do educando e na avaliação do contexto social e escolar onde ocorrerá o processo de ensino e de aprendizagem.

Os dados coletados por meio da avaliação psicopedagógica e social oferecem informações reveladoras das dificuldades que o aluno apresenta e tipo de ajuda que requer, para que os objetivos da educação sejam cumpridos. O professor terá condições de conhecer melhor aspectos relacionados ao contexto escolar, contexto familiar, condições individuais de déficit do aluno, estilo de aprendizagem e competência curricular do educando, nas diferentes áreas de conhecimento.

No caso do aluno com surdez, as adequações curriculares individuais referem-se a alguns destes aspectos:

- que o professor encoraje o aluno a usar a prótese auditiva, interessando-se por seu bom funcionamento e informando os demais alunos sobre seu uso, funcionamento e utilidade;

- que o professor considere as dificuldades de comunicação do aluno, inclusive a necessidade de empregar a língua de sinais;
- que o professor verifique se o aluno compreendeu cada trabalho, assegurando-se de que está atento às explicações;
- que o professor sublinhe os pontos mais importantes do tema, durante uma aula ou trabalho;
- que o professor proporcione oportunidade para o aluno se comunicar sempre em aula, objetivando melhorar sua capacidade cognitiva, sua linguagem e sua integração com o grupo;
- que o professor estimule os colegas a se comunicarem com o aluno com surdez;
- que o professor utilize textos escritos complementados com elementos que favoreçam a compreensão do aluno, como: linguagem gestual, língua de sinais, figuras, fotos, esquemas etc.
- que o professor dê atenção especial à comunicação visual como forma privilegiada na interação com o aluno com surdez;
- que as situações criadas pelo professor sejam significativas, sendo apresentadas de maneira clara e objetiva, para promoverem a compreensão do aluno;
- que o professor fique atento a todas as formas de manifestação expressadas pelo aluno, orais ou não;
- que seja possibilitado, no processo de ensino e aprendizagem dos diferentes conteúdos curriculares, o uso de diferentes modos de comunicação que utilizam códigos visuais. De acordo com o material produzido pelo MEC e organizado por Aranha (BRASIL, 2003), os códigos visuais que podem facilitar a aprendizagem dos alunos com surdez são os seguintes:
  - Alfabeto manual: recurso usado pelos surdos para “soletrar” nomes próprios ou palavras do português para as quais não há equivalente na língua de sinais;
  - Mímica/dramatização: recursos que poderão acompanhar ou enriquecer os conteúdos discutidos em sala de aula, os quais promovem a construção de significados relacionados com a realidade imediata;
  - Desenhos/ilustrações/fotografias: são materiais que enriquecem e complementam os conteúdos, tornando-se um recurso precioso de registro e memorização para os alunos;
  - Recursos tecnológicos (vídeo/TV, retroprojeter, computador, *slides*, entre outros): são instrumentos ricos e atuais, que permitem trabalhar

- com novos códigos e linguagens em sala de aula. A preferência deve ser por filmes legendados com a discussão prévia da temática envolvida;
- Língua Portuguesa escrita: constitui-se numa possibilidade visual de estar representando as informações veiculadas em sala de aula. O professor poderá organizar um roteiro com o conteúdo a ser abordado nas diferentes disciplinas, com palavras-chave, recorrendo sempre a seus apontamentos para organizar a explanação. É importante salientar que os enunciados utilizados precisam ser conhecidos pelo aluno com surdez;
  - Língua Portuguesa oral/leitura labial: é um canal que contribui para a comunicação do ouvinte com o surdo. Entretanto, na melhor das hipóteses, só 50% da mensagem são compreendidos, o que dificulta o entendimento do conteúdo, que acaba sendo deduzido pelo contexto, o que nem sempre é confiável;
  - Língua de Sinais: é a língua natural das pessoas com surdez. Exerce a mesma função da língua oral: expressa pensamentos complexos, idéias abstratas, emoções profundas, sendo adequada para transmitir informações e para ensinar. Possui estrutura gramatical própria e complexa, com regras fonológicas, morfológicas, semânticas, sintáticas e pragmáticas. Propicia às pessoas com surdez o desenvolvimento pleno da linguagem, pois possibilita a constituição de significado, cumprindo um papel fundamental no desenvolvimento lingüístico, cognitivo e emocional dos alunos surdos, não podendo ser ignorada pelo professor;
  - Língua portuguesa: constitui o elemento organizador e mediador, no desenvolvimento das demais áreas do conhecimento curricular. É veiculada por meio de material gráfico (livros, apostilas, revistas, jornais), sendo o instrumento privilegiado de acesso à informação em sala de aula, sistematizando a memória cultural da humanidade e, portanto, o acesso ao conhecimento. É importante ressaltar que, seja qual for a área de conhecimento a ser desenvolvida, sempre estará presente um texto, porque configura a maior unidade de sentido da língua, e qualquer atividade de interação, na escola, pressupõe sua existência, podendo se materializar de forma oral, escrita ou sinalizada. A ordem para a tarefa, os enunciados das atividades, a experiência de laboratório e o livro didático constituem textos estruturados na língua portuguesa. Para os alunos surdos, poderá haver dificuldade de compreensão desses textos, o que indica a necessidade de utilizar a língua de sinais e outros códigos visuais.

Provavelmente, muitos objetivos e conteúdos serão os mesmos para alunos com surdez e os ouvintes, desde que, por meio das adequações curriculares, sejam asseguradas diferentes formas de organização da prática pedagógica, estratégias, metodologias e modos de avaliação que respeitem os seguintes princípios:

- considerar o conhecimento que o aluno tem, estimulando suas experiências diretas, como ponto de partida para a aprendizagem;
- organizar atividades diferenciadas em pequenos grupos, para estimular a cooperação, a integração e a comunicação entre os alunos;
- utilizar, sistematicamente, recursos visuais de comunicação que sirvam de suporte aos conteúdos desenvolvidos;
- avaliar continuamente o conhecimento do aluno em todas as áreas, levando em conta as características da interferência da língua de sinais em suas produções escritas. Muitas vezes, o aluno tem o conhecimento, mas não consegue se expressar dentro dos padrões lingüísticos formais da língua portuguesa.

As principais características da interferência da língua de sinais na produção escrita dos alunos surdos referem-se a:

- ortografia: problemas de acentuação, por esta estar vinculada à oralidade; troca de posição de letras, pelo fato de memorizar as palavras de forma global; e problemas de pontuação, pelo fato de esse aspecto relacionar-se à entonação e ao ritmo da fala. Por meio da Língua de Sinais, é possível esclarecer os problemas e tentar superá-los.
- artigos: são omitidos ou utilizados de maneira inadequada, porque não existem em língua de sinais;
- elementos de ligação: a ausência de conectivos é comum nas produções dos alunos com surdez, por não haver correspondência exata na língua de sinais;
- gênero e número dos substantivos: a concordância nominal inadequada é constante nas produções escritas, devido também à interferência da língua de sinais;
- verbos: apresentam-se nas produções textuais dos surdos sem flexão de tempo ou modo, sendo empregado muito o infinitivo, como ocorre na língua de sinais;
- organização sintática: normalmente, os alunos com surdez apresentam enunciados curtos, diretos, com estrutura da língua de sinais, que é do

tipo tópico-comentário, materializando-se nas seguintes formas: Objeto/Sujeito/Verbo e Objeto/Verbo/Sujeito, diferentemente da estrutura da língua portuguesa, que é Sujeito/Verbo/Objeto;

- negação: em geral, como na língua de sinais, o “não” aparece logo após a forma verbal.

Observa-se assim que o professor, ao se deparar com o texto de um aluno com surdez, deve manter uma atitude diferenciada que não se restrinja às limitações aparentes, mas, sim, que observe as possibilidades que o texto contempla. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de se dar ênfase ao conteúdo em detrimento da forma.

Entretanto, é importante que o professor estabeleça critérios específicos com relação à avaliação da produção de texto em língua portuguesa por alunos surdos, baseados no conhecimento a respeito da interferência da língua de sinais. O professor precisa identificar os problemas apresentados e, a partir dessa providência, criar formas de intervenção pedagógica que, respeitando as especificidades de uma construção essencialmente visual da escrita, consigam enfrentar tais dificuldades, melhorando cada vez mais a qualidade da produção escrita do aluno com surdez.

Em conseqüência, torna-se fundamental que o professor promova condições de reescrita de textos, de sorte que, ao usar atividades que levem o aluno com surdez a reconhecer as diferenças estruturais entre a língua de sinais e o português escrito, ajude o estudante a ter acesso à norma padrão da língua.

A inclusão de alunos com surdez nas classes regulares de ensino se constitui em um grande desafio, em decorrência da diferença lingüística que lhes é peculiar. Para eles, é extremamente difícil o acesso aos conteúdos curriculares, visto que, no contexto escolar, a forma usual de comunicação é a língua oral, modalidade que o surdo não domina, devido à sua deficiência auditiva.

Acrescente-se a isso que a surdez não é uma realidade homogênea. A escola precisará, assim, se preparar para atender a diferentes tipos de surdos: os que têm consciência de sua deficiência e reivindicam recursos visuais diferenciados, nas suas interações, como o uso da língua de sinais ou mesmo do intérprete na sala de aula; surdos que nasceram ouvintes e tiveram experiências auditivas e o português como primeira língua; surdos que foram educados na perspectiva oralista e desconhecem a língua de sinais; e surdos que não tiveram acesso a qualquer forma de comunicação, que não compreendem nem a língua oral, nem a língua de sinais.

Por conseguinte, a organização da escola, para atender ao alunado com surdez, não pode depender única e exclusivamente do professor da sala em que o aluno se encontra. Significa um redimensionamento do projeto da escola, na totalidade.

Os sistemas educacionais precisam estar prontos para lidar com as diferentes demandas presentes na escola, organizando e implementando propostas comprometidas com a diversificação, flexibilização e dinamicidade curricular. O planejamento de atividades que enfatizem recursos comunicativos visuais, manuais e simbólicos, a experiência direta, a observação e a descoberta necessitam ser pensados e implementados de maneira que os alunos com surdez tenham as condições adequadas para se desenvolverem plenamente.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. *Saberes e Práticas da Inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003. v. 5.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares*. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

BRASIL. Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

HEREDERO, E. S. Apostila didática do curso “Necesidades Educativas Especiales y Adaptaciones Curriculares”. Marília: UNESP / DEE, 1999.

MANJÓN, D. G.; GIL, J. R.; GARRIDO, A. A. *Adaptaciones curriculares – guia para su elaboración*. Granada – Espanha: Ajibe, 1995